

Elizabeth de Castro Mendonça

Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do
Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades
para a salvaguarda de bens registrados (Brasil)

Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil)

Elizabete de Castro Mendonça

elizabete.mendonca@unirio.br

RESUMO

Em 2000 o Brasil promulgou o Decreto 3.551, pelo qual foi criado o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). Ao longo dos 15 anos seguintes, foi possível observar ações de cunho museológico, incluindo criação de museus, vinculadas as políticas implementadas por meio desse programa. Frente a tais dados, o objetivo central deste artigo foi analisar o papel que a proposta de criação do Museu do Samba assume no âmbito da salvaguarda de um bem imaterial registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando assim refletir sobre as estratégias de articulação entre os processos de Patrimonialização e de Musealização no âmbito do PNPI (bem como, os desafios e potencialidades). A análise foi elaborada com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O estudo apontou que usos e apropriações dos museus e dos processos de musealização podem contribuir no exercício de uma cidadania ativa que reconhece a cultura como um eixo essencial para o desenvolvimento local por meio de ações socioeconômicas e políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimonialização;
Musealização;
Patrimônio Cultural Imaterial;
Museu do Samba; Brasil.

ABSTRACT

In 2000, Brazil issued the decree 3.551 which created the national program for immaterial heritage, - Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). Over the next 15 years, it was possible to see museological actions including the opening of new museums related to the politics implemented by this program. Observing these data, the main goal of this article was to analyze how the role played by the proposal for the creation of the Museu do Samba takes on the process of safeguarding an immaterial heritage registered by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. The aim of this analysis was to think about the coordination strategies between the processes of patrimonialisation and musealisation under the PNPI (as well as the challenges and the potentialities). The analysis was made based on the literature, and a documental and field research. The study indicated that the uses and appropriations of museums and musealisation processes could help in the exercise of an active citizenship, which recognizes culture as an essential part of the local development, through socioeconomic and political actions.

KEYWORDS

*Patrimonialisation;
Musealisation;
Immaterial Cultural Heritage;
Museu do Samba; Brazil.*

NOTA BIOGRÁFICA

Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Estudos e Processos Museológicos (UNIRIO), do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins) e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (Universidade Federal de Sergipe). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Museologia, Conhecimentos Tradicionais e Ação Social (GEMCTAS).

BIOGRAPHICAL NOTE

Bachelor degree in Museology by the Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). PhD in Visual Arts by the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor at the Department of Museological Studies and Processes (UNIRIO), of the Post-graduation program of Museology and Heritage (UNIRIO and Museu de Astronomia e Ciências Afins) and Professor of the Postgraduation program in Archeology (Universidade Federal de Sergipe). Leader of the group of research in museology, traditional knowledge's and social action – Grupo de Estudo e Pesquisa em Museologia, Conhecimentos Tradicionais e Ação Social (GEMCTAS).

INTRODUÇÃO

Este artigo resultou de uma apresentação realizada em 2015 no âmbito do Seminário “Museus, Patrimônio e Desenvolvimento” e apresentou os resultados parciais atingidos até aquela data pelo projeto de pesquisa intitulado “Museu e Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: estudo sobre as estratégias de articulação entre os processos de patrimonialização e de musealização na criação do Museu do Samba – RJ”. O foco analítico, frente ao recorte estabelecido, foi um museu criado a partir de ações de salvaguarda de um bem cultural (as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro) registrado como imaterial no âmbito de uma política pública brasileira para a área da cultura. Procurou-se, assim, responder a seguinte questão: quais os desafios e potencialidades que as estratégias de articulação entre patrimonialização e musealização, por meio da criação do Museu do Samba pode propiciar, no âmbito da salvaguarda de um bem imaterial registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)? Desta forma, o propósito central foi analisar o papel que a proposta de criação do Museu do Samba assume no âmbito da salvaguarda de um bem imaterial registrado, visando assim refletir sobre os desafios e as potencialidades das estratégias de articulação entre os processos de patrimonialização e de musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI).

Para responder tal questão, cabe esclarecer que o museu foi considerado um agente do “siste-

ma arte-cultura” e, conseqüentemente, de contribuição no exercício de uma cidadania ativa que reconhece a cultura como um eixo essencial para o desenvolvimento local por meio de ações socioculturais, políticas e econômicas. Como explicou James Clifford (1994), o “sistema arte-cultura” evidencia os processos institucionais e ideológicos envolvidos nos processos de apropriação material e simbólica dos bens culturais e artísticos, assim como acumulação e classificação dos mesmos. Entretanto, o autor ressaltou que os parâmetros de tais processos não são universais e que as mudanças de classificação fazem parte do processo de transformação dos pressupostos teóricos e da rede institucional – nos quais se incluem, por exemplo: os Museus, as demais instituições responsáveis pelos processos de patrimonialização, assim como os próprios procedimentos de musealização e de patrimonialização.

A reflexão aqui estabelecida baseou-se em pesquisas sistemáticas realizados pela autora sobre a relação entre museu, museologia, conhecimentos tradicionais e ação social. Estes estudos problematizaram os usos sociais e simbólicos da instituição museu e de diferentes tipologias de patrimônio cultural nas políticas públicas brasileiras, distinguindo os diversos e variáveis significados que esta relação assumiu no tempo e no espaço (Mendonça, 2002, 2008, 2012, 2012b, 2014, 2015). No entanto, mesmo ciente que a relação entre materialidade e imaterialidade vinculada ao patrimônio cultural musea-

lizado há décadas é amplamente debatida nas reflexões sobre processos de patrimonialização e musealização, nos últimos anos, o foco destes trabalhos centrou-se na relação dos Museu e Patrimônio Imaterial (PI). Uma reflexão fundamental por dois motivos: 1) apesar dos desafios e potencialidades do patrimônio cultural como instrumento de mudança social, política e econômica, permearem os atuais debates sobre Musealização e Políticas Culturais para a área de Museus, as reflexões estão (em sua maioria) focadas nas coleções materiais que os museus efetivamente são responsáveis legais; 2) ambos os termos “museu” e “patrimônio cultural” (e, consecutivamente, “patrimônio imaterial”) ganharam nas últimas décadas usos mais frequentes no âmbito acadêmico e político, e até mesmo cotidiano – como afirma Gonçalves (2005) sobre o termo patrimônio. Apesar deste fato ser extremamente positivo, em geral são analisados separadamente. São pouco explorados os desafios, as potencialidades e os usos políticos e sociais da relação entre Museus e PI no bojo das discussões acadêmicas, institucionais e socioculturais.

Com base nestes pressupostos, este estudo foi estruturado com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para compreensão da dinâmica aqui apresentada, fez-se necessário estruturar os tópicos abaixo com a seguinte divisão: 1) a relação entre PNPI e Museu no âmbito das políticas públicas para a área da cultura; 2) os percursos da patrimonialização das Matrizes do Samba, o Centro Cultural Cartola e a proposta de criação do Museu do Samba; 3) o papel deste museu como agente no contexto da patrimonialização das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro.

1. A RELAÇÃO ENTRE PNPI E MUSEU

NO CONTEXTO BRASILEIRO:

BREVES APONTAMENTOS

Analisar a área de políticas públicas para direitos culturais no Brasil, como afirma Calabre (2007), é se debruçar mais atentamente sobre dois momentos: 1) o decorrer do século XX, no qual tais políticas alcançaram relativa significância e institucionalização efetiva dentro de órgãos do estado; 2) os anos subsequentes do século XXI, no qual ocorreu maior elaboração de políticas para o setor com a preocupação de ações com um caráter perene de realização. Além de também entendê-la frente as frequentes discussões sobre o papel da cultura, sua relevância socioeconômica e as formas de intervenção promovidas pelo Estado (Calabre, 2007; Ferreira, 2009).

Pode-se citar, no âmbito dessa afirmação, como um dos principais marcos do século XX, a Constituição Federal do Brasil de 1988 que aborda o direito a cultura como um direito fundamental, colocando-o, assim, no mesmo patamar dos chamados direitos sociais, como a saúde, educação, entre outros. No âmbito desta discussão foram, posteriormente e mais extensivamente no século XXI, criados programas voltados para preservação de bens culturais. Estes programas priorizam projetos de identificação, documentação, repasse de saberes e disseminação de informação. É neste contexto que as políticas públicas para a área da cultura, em especial, para as áreas de Patrimônio Imaterial e de Museu, ganharam destaque e apresentam trajetória estritamente relacionada a outras políticas públicas.

No que se refere a política pública federal direcionada ao PI pode-se dizer que seu histórico remete no mínimo à década de 30 do século XX. Ao longo dos anos foram realizadas diversas ações de pesquisa, inventários e de proteção dessa tipologia de bem cultural até a promulgação do Decreto 3.551 no ano de 2000. Entretanto, é inegável que este Decreto, complementado pelas Resoluções nº 01/2006 e 01/2009 e pela Instrução Normativa nº 001/2009, do IPHAN, constitui o principal instrumento de regulamentação legal na definição de políticas públicas direcionadas ao PI porque, em nível federal: 1) institui o registro desses bens pelo IPHAN; 2) cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC); 3) determina a exigência de Plano de Salvaguarda associado ao registro.

Cabe ressaltar que, no Brasil, o conceito-chave que rege a política de patrimonialização do imaterial é “Referência Cultural”. Este termo define “prática e objeto por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade. [...] são sentidos de identidades específicas para uma dada coletividade” (Arantes, 2001, p. 130). No âmbito das políticas públicas brasileiras para uma Referência Cultural adquirir o estatuto de Patrimônio Cultural é necessário passar pelo processo de patrimonialização, ou seja, pelo processo jurídico e político com o qual “o Estado declara um fato cultural como patrimônio nacional e passa a tratá-lo como bem cultural de interesse público” (Vianna & Teixeira, 2008, p. 122).

Na configuração dessa política, uma referência cultural para ser registrada como PI deve

atender os seguintes critérios fundamentais: relevância histórica e contínua para a sociedade brasileira, bem como para a memória e a identidade nacional. Com base nesses critérios, em última instância, o registro caracteriza-se como o reconhecimento realizado pelo Estado e ocorre por meio da inscrição em um ou mais dos quatro Livros de Registro estabelecidos pelo Decreto 3.551. O processo jurídico de inscrição pode ser solicitado por quaisquer pessoas (física ou jurídica). No entanto, o pedido deve conter, entre outros documentos, um inventário detalhado da referência cultural a ser inscrita, o plano de salvaguarda e a manifestação explícita de interesse dos detentores e/ou de grupos que os representem.

Para atender a documentação exigida é estimulado, pelo IPHAN, o uso do INRC – metodologia, elaborada por esse instituto, para levantamento de dados, pesquisa, identificação e produção de conhecimento sobre cada uma das referências culturais de um dado território. O objetivo é descrever os processos socioculturais de criação, de recriação e de transmissão que envolvem as referências culturais, bem como identificar e descrever os problemas e as mudanças de significados atribuídos a tais referências ao longo da sua história (IPHAN, 2000). Com estas perspectivas, é considerado ao mesmo tempo um instrumento técnico e de gestão que visa subsidiar a salvaguarda dos bens inventariados.

A salvaguarda, compreendida como preconiza a UNESCO (2003), é qualquer medida administrativa, jurídica, política, educativa (formal ou não) de identificação, pesquisa, documentação, proteção, promoção, valorização

e transmissão que possibilite a continuidade do bem cultural e fomenta os saberes e fazeres vinculados a ele nos seus respectivos contextos socioculturais e históricos. Para definir quais ações devem ser priorizadas é elaborado um plano de salvaguarda com a identificação e o detalhamento das linhas de atuação que precisam ser planejadas e desenvolvidas a curto, a médio e a longo prazo. Sua formulação deve ser fundamentada a partir do inventário, de pesquisas complementares e do diálogo contínuo com os detentores dos conhecimentos associados ao bem.

O PNPI, por sua vez, caracteriza-se como uma espécie de “programa guarda-chuva” que agrega todos os itens indicados acima ao viabilizar projetos relacionados a identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção dos bens imateriais. Seu objetivo é a implementação de uma política específica para essa tipologia de patrimônio baseada na: 1) busca pelo reconhecimento da diversidade cultural brasileira; 2) promoção da inclusão social; 3) melhoria das condições de vida de produtores e de detentores dos conhecimentos patrimonializados; 4) ampliação da participação desses produtores e detentores de conhecimentos em todos os processos de inventário, reconhecimento e salvaguarda bens culturais; 5) respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem (Brasil, 2000).

Em certa medida e com relativas diferenças características de um tempo histórico, desde a década de 1940 com a criação da Comissão Brasileira de Folclore, algumas dessas bases do PNPI já se despontavam como presentes nas

discussões sobre folclore e cultura popular, bem como já se mostrava relevante a participação de museus como agentes do “sistema arte-cultura” para o reconhecimento e a salvaguarda das referências culturais, especialmente as populares, como patrimônio nacional. No entanto, agregados ao contexto pós-elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) e a redefinição do conceito de museu pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2007) com a demarcação ainda mais clara da relevância desse tipo de instituição para a salvaguarda dos bens imateriais, no Brasil, três fatores específicos da área de museus potencializaram a articulação dos processos de Musealização como instrumentos de Patrimonialização no âmbito do PNPI, são eles: 1) a ampliação do fomento aos Pontos de Memórias e à criação de museus comunitários pelo Departamento de Museus (do IPHAN), e, posteriormente, pelo Instituto Brasileiro de Museu criado em 2009; 2) a promulgação da Lei 11.904/2009 que institui o Estatuto de Museu e do decreto 8.124/2013 que regulamenta o Estatuto; 3) o debate sobre inserção dos museus no circuito da economia da cultura / economia criativa. Todos estes fatores estão diretamente vinculados a Política Nacional de Museus (PNM), cujas bases setoriais de museus na política federal para a cultura foram lançadas em 2003 e tem como objetivo “promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de pro-

dução e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País” (MinC, 2003, p. 4). Este panorama político favorável de instituição de políticas públicas para a área de cultura permite estabelecer um quadro inicial relacionado aos Planos de Salvaguarda executados ou vigentes, sobre o qual pode-se dizer que dentre os processos de Patrimonialização de 40 bens registrados até 2015, pelo IPHAN onze resultaram em ações de cunho museológicos, a saber: exposições museológicas; espaços expositivos ou museus já existentes beneficiados com novos projetos museográficos; criação de museus e até mesmo ações de repatriação de objetos museológicos (Mendonça, 2015).

A definição das ações de patrimonialização, bem como a inclusão de ações de musealização nos Planos de Salvaguarda não são aleatórias, sendo determinadas pelos agentes do que Clifford (1994) chama de “sistema arte-cultura”. Como estes agentes, além do próprio Museu do Samba, pode-se incluir tanto os sambistas (detentores de conhecimentos associados ao bem cultural patrimonializado) quanto os pesquisadores e as instituições culturais e de fomento que são parceiros nos processos de inventário, registro e salvaguarda do bem. Desta forma, como afirma Mendonça (2015), na trajetória das políticas públicas brasileira direcionadas a área de cultural, tanto o PNPI quanto a Política Nacional de Museus (PNM) tem se consolidado concomitantemente, e, a partir do objetivo comum de construir ações de salvaguarda podem se unir. Neste sentido, esta vinculação produz reflexos mútuos que estimula tanto os Pla-

nos de Salvaguarda de bens registrados como patrimônio imaterial a lançar mão de ações de preservação ligadas às políticas de museus quanto a PNM pautar ações direcionadas a salvaguarda de bens culturais imateriais que vislumbrem o reconhecimento mais amplo da manifestações e, consecutivamente, a valorização da auto-estima de seus detentores e na atuação no grupo como uma possibilidade de usar esse diferencial para atingir outros propósitos e lutar por questões que podem estar a princípio identificadas fora do âmbito da cultura mais que refletem no campo social e econômico.

2. O PERCURSO DA PATRIMONIALIZAÇÃO DAS MATRIZES DO SAMBA, O CENTRO CULTURAL CARTOLA E A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO MUSEU DO SAMBA

O processo de patrimonialização das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro foi motivado por um descontentamento dos sambistas cariocas pelo fato do IPHAN ter reconhecido, em 2004, o Samba de Roda (Bahia) como PI. Eles alegavam que o samba carioca era mais conhecido mundialmente e deveria ter sido reconhecido primeiro. Desta forma, estimulados pela sambista Leci Brandão, buscaram o Centro Cultural Cartola (CCC) - hoje Museu do Samba - para solicitar o registro ao IPHAN.

O CCC foi efetivamente criado em 2001 como uma organização sem fins lucrativos, cuja finalidade era estimular jovens moradores do Morro da Mangueira e adjacências na identificação de referências culturais nas comunidades em que residem, tendo como base dessa iniciativa

o (re)conhecimento das obras e do histórico de vida de Angenor de Oliveira (Cartola) - compositor e um dos fundadores da escola de samba Estação Primeira de Mangueira - e de sua esposa Euzébia Silva de Oliveira (Dona Zica), ba-luarte da mesma escola. Desde 2003, sua sede localiza-se na Mangueira – um bairro da Zona Norte do estado do Rio de Janeiro com 79,81 hectares, na qual residem 17.835 pessoas com baixo poder aquisitivo, conforme especifica o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os propósitos institucionais do CCC, no entanto, ampliaram-se, especialmente em 2004, quando se tornou responsável pelo lançamento de diversas ações que vislumbravam a titulação do Samba Carioca como PI. O primeiro passo dado, nesse ano, foi o projeto “Samba Patrimônio da Humanidade” que teve por objetivo o encaminhamento à UNESCO de uma proposta de transformar o samba em Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (Nogueira, 2015). Este projeto não obteve êxito no que se refere à titulação pela UNESCO porém proporcionou o início do levantamento de fontes documentais sobre o tema e inaugurou uma exposição sobre a história do samba do Rio de Janeiro. Em 2005, foi celebrado o convênio entre o IPHAN e o CCC, com interferência da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O objetivo do convênio foi realizar uma pesquisa para a instrução do processo de registro do Samba Carioca como PI. Em 2005 o CCC tornou-se responsável pelo inventário e pela instrução do processo de registro a PI

no contexto brasileiro. No mesmo ano, a instituição também passou a ser reconhecida como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura. O seu escopo de atuação passa de ações que têm como beneficiários diretos os moradores do Morro da Mangueira e adjacência para as comunidades sambistas no Rio de Janeiro.

O percurso até a titulação desse bem como Patrimônio Cultural do Brasil com a inscrição no Livro de Registro de Formas de Expressão levou três anos, efetivando-se em 2007. Sendo pontuado como estratégias para o plano de salvaguarda (IPHAN, 2014: p. 192), o foco em: 1) pesquisa e documentação dos três tipos de samba inventariados; 2) formação de agentes-pesquisadores nas comunidades de sambistas; 3) transmissão de conhecimentos entre sambistas mais velhos e as novas gerações; 4) criação de centros de memória e de referência do samba dentro das comunidades ou na Cidade do Samba. Para o cumprimento dessas frentes de ações de salvaguarda, em 2009, o CCC foi alçado a Pontão de Cultura Memória do Samba Carioca e reconhecido pelo Iphan como um Centro de Referência de Pesquisa e Documentação do Samba do Rio de Janeiro. Sobre este contexto, Nilcemar Nogueira (2015) aponta que o processo de Patrimonialização das Matrizes do Samba Carioca delineou as ações do CCC, que passa a ser responsável por execução de ações de salvaguarda.

Segundo Nogueira (2014, 2015) e Cavulla (2015), durante os anos de 2005 a 2013, o CCC consolida-se como um multiplicador e um agente político importante no cenário do samba carioca. Neste período, a própria instituição começou a identificação de uma gama

de ações anteriores ao registro que revelavam a utilização de ações de cunho museológico (exposições, ações educativas, conservação de coleções, etc) como importante recurso para Salvaguarda do bem titulado, vislumbrando também uma nova estruturação para a instituição. Para Nogueira (2014) estas e outras ações – entre elas, o Centro de Pesquisa e Documentação – mesmo realizadas isoladamente fomentaram a idealização do Museu do Samba com a finalidade de revelar a história do samba como "expressão cultural". Segundo a concepção da mesma autora (Nogueira, 2014: p. 35), como instrumento para a manutenção da tradição está a Musealização, utilizada como estratégia de Preservação, objetivando não apenas garantir integridade física de coleções, mas também promover ações de pesquisa e documentação voltadas à produção, registro e disseminação de informações relacionadas ao samba, com vistas a fazer conhecê-lo nas suas características fundamentais e garantir a transmissão de sua essência a gerações futuras, propiciando assim a musealização a partir dos próprios atores sociais intimamente ligados ao bem cultural. Tal fala reafirma a idealização e criação do Museu do Samba como ação vinculada ao PNPI.

Ao longo desse percurso, a proposta de criação do Museu do Samba começou a ser idealizada em 2013 com a perspectiva de denominação "Museu do Samba Carioca". Entretanto, após formulações e reformulações da proposta inicial, dialogando com diversos agentes (sambista, instituições parceiras, instituições de fomento, etc.), a instituição optou pela denominação "Museu do Samba", tendo o lançamento oficialmente ocorrido em 13 de agosto de 2015.

3. O PAPEL DO MUSEU DO SAMBA NO CONTEXTO DA PATRIMONIALIZAÇÃO DAS MATRIZES DO SAMBA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Nilcemar Nogueira (2015), coordenadora do inventário das Matrizes do Samba e então Diretora Executiva da Instituição, em vários trechos de sua tese de doutorado "O Centro Cultural Cartola e o processo de patrimonialização do samba carioca", indicou que a instituição entendia a relevância da denominação Museu e pautava a mudança de CCC para Museu do Samba "no sentido de empoderamento" e na "responsabilidade de guarda de um patrimônio", buscando pautar suas ações em instrumento de valorização, salvaguarda e difusão das "Matrizes do Samba no Rio de Janeiro". Esta perspectiva, defendida por ela, vai ao encontro dos paradigmáticas atuais da área de Museologia, nos quais as instituições museológicas devem refletir sobre como a valorização do patrimônio precisam relacionar-se aos princípios de desenvolvimento cultural e socioeconômico, participação das comunidades, promoção da cidadania e valorização da diversidade cultural. Estes princípios também regem as pautas atuais das políticas públicas setoriais de cultura e priorizam ações integradas em diferentes instâncias públicas e de articulação civil. Desta forma torna-se compreensível que os planos de salvaguarda de patrimônio imaterial incluam ações compreendidas como procedimentos de Musealização.

Neste contexto reflexivo, observa-se a existência de ações de integram o processo de Musealização no escopo dos Planos de Salvaguarda de bens inventariados e/ou registrados como

patrimônio imaterial e impõe-nos o desafio de refletir sobre o papel dos museus no cenário das políticas públicas federais para bens culturais de natureza imaterial brasileiro. Analisando especificamente o caso do Museu do Samba, pode-se afirmar que este ao ser instituído contou, dentre outras, com toda a expertise propiciada pelo inventário e salvaguarda das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro, caracterizando-se como o maior centro de referência da memória do samba no Brasil com cerca de 45.572 itens, no qual está depositado registros de fontes primária nos quais os protagonistas do samba contam a história deste patrimônio. O trabalho de pesquisa da instituição também possibilita regularidade nas edições de livros, cds e eventos sobre a história o samba, bem como no desenvolvimento de ações educativas e culturais de valorização e promoção dos ofícios associados e formação de agentes locais para atuar nas comunidades sambistas. Estas ações, formas de salvaguarda, podem propiciar a curto, médio e longo prazo desafios e potencialidades. As respostas ainda não estão fechadas, mas... as propostas estiveram em pauta, por exemplo, na readequação do Centro Cultural Cartola como Museu do Samba.

Nesta etapa de readequação, este estudo apontou três desafios e duas potencialidades. Os desafios são: 1) ampliação do público-alvo (se inicialmente as ações do CCC eram destinadas aos moradores do Morro da Mangueira e adjacência, com o processo de inventário de salvaguarda o foco foi destinado as comunidades sambistas do Rio de Janeiro); 2) estabelecimento dos procedimentos de musealização como um processo integrado que auxilia a

gestão do patrimônio, consolidando assim seu perfil como instituição museológica; 3) sustentabilidade econômica da instituição – todo o discurso que pauta a transformação do CCC em museu pauta-se numa preocupação constante com este ponto. As potencialidades, por sua vez, são: 1) a predisposição de diferentes agentes do “sistema arte-cultura” para que o Museu possa a ser visto como espaço potencial para uma abordagem integrada de ações voltadas a valorização, salvaguarda e difusão das Matrizes do Samba; 2) o museu pode também assumir a prática de advocacy, ou seja, de pressão organizada de grupos com a finalidade influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos para a salvaguarda do bem. O último ponto das potencialidades reflete a principal preocupação da instituição e dos detentores de conhecimento associados ao samba porque agrega perspectivas de ações conjuntas de políticas públicas na promoção do empoderamento de grupos menos favorecidos que detém os conhecimentos associados ao bem patrimonializado e poderá contribuir diretamente no estímulo ao exercício de uma cidadania ativa que reconhece na cultura um eixo essencial de reconhecimento socioeconômico vinculados aos processos de patrimonialização de bens de natureza imaterial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise de como o museu e seus processos de musealização estão integrados ao processo de patrimonialização nas políticas públicas de patrimônio imaterial e, conseqüentemente,

como isto se reflete no discurso institucional do Museu do Samba sobre o seu papel no âmbito da salvaguarda das Matrizes do Samba, permitindo também uma pesquisa de campo sobre os desafios e possibilidades dessa articulação. Constatou-se com base nos dados analisados que, entre promulgação do Decreto 3551 em 2000 e o lançamento oficial do Museu do Samba em 2015, o panorama político de implementação de políticas públicas para a área da cultura possibilitava a articulação entre os processos de patrimonialização e de musealização dos bens imateriais. Este panorama também, propiciou o interesse dos sambistas cariocas em solicitarem o registro da Matrizes do Samba como PI, a reconfiguração do CCC como instituição museológica e o entendimento dos detentores de conhecimentos associados ao samba sobre a potencialidade do museu ser um instrumento de empoderamento para eles. O Museu do Samba passa a ser visto, assim, como uma instância do “sistema arte-cultura” que pode remeter a diferentes formas de valoração e qualificações, tendo como foco o empoderamento dos detentores das Matrizes do Samba Carioca. Musealizar o samba (patrimônio instituído) é, portanto, uma estratégia de fomentar o processo de salvaguarda, visando assim o desenvolvimento cultural e socioeconômico, à participação das comunidades sambista, à promoção da cidadania e à valorização da diversidade cultural.

AGRADECIMENTOS

Com a certeza de que um trabalho de pesquisa é coletivo porque se baseia num exercício de reflexão conjunta, é fundamental agradecer:

- aos três bolsistas de Iniciação Científica do projeto, a saber: Alice Barboza Sampaio, Arianne Correa Silvestre da Silva e Luiz Felipe da Silva Sanches pela dedicação e competência.
- à equipe do Museu do Samba, nas pessoas de Nilcemar Nogueira (Diretora Executiva) e Desirree dos Reis Santos (Gerente Técnica) pela acolhida e disponibilização de informações.

É fundamental também o agradecimento à Universidade do Porto, nas pessoas dos profs. Paula Menino Homem e Alexandre Matos, bem como aos alunos responsáveis pela organização do seminário no qual apresentei esta comunicação, pelo convite e possibilidade de reflexão conjunta sobre o campo da Museologia e do Patrimônio.

REFERÊNCIAS

- Arantes, Antônio Augusto. (2001, outubro/dezembro). Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n.147. pp. 129-140.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.
- Brasil. (2000). Decreto lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 09 ago. 2014.
- Brasil. (2009). Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 13 mar. 2015.
- Bruno, Maria Cristina Oliveira. (1995). Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Calabre, Lia. (2007). Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio C. (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>. Acesso em 01 jul.2013.
- Cavulla, Rondelly Soares. (2015). Centro Cultural Cartola: da Imaginação Museal ao Museu do Samba Carioca. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Clifford, James. (1994). Colecionando Arte e Cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, 23 (Cidade), Rio de Janeiro: IPHAN, pp. 69-89.
- Desvalées, A.; Mairesse, F. (org.). (2010). Key Concepts of Museology. ICOFOM. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Anglais_BD.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2012.
- Ferreira, Luzia A. (2009). Políticas públicas de cultura. In: Lia Calabre. (Org.). Políticas culturais: reflexões e ações. São Paulo / Rio de Janeiro: Itaú Cultural / Fundação Casa de Rui Barbosa, pp. 59-68.
- Gonçalves, José Reginaldo S. (2003). Patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, Regina e Chagas, Mario (orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPA, pp. 22-29.

Mendonça, Elizabete de Castro (2017). Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil). *Ensaio e Práticas em Museologia*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, vol. 6, pp. 50-64.

Gonçalves, José Reginaldo S. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 11, n. 23, pp. 15-36. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002. Acesso em 06 nov. 2015.

ICOM - Conselho Internacional De Museus. (2007). Código de ética para museus do ICOM. Disponível em: <www.museum.com.br/legislacao/codigoEtica.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2014). Dossiê Matrizes do Samba Carioca: partido-alto, samba de terreiro, samba-enredo. DF: Departamento de Patrimônio Imaterial / Iphan. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3962>> Acesso em: 16 mar. 2015

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2009). Instrução Normativa no 001, de 2 de março de 2009. IN: Patrimônio imaterial: disposições constitucionais: normas correlatas: bens imateriais registrados / Organização: Flávia Lima e Alves. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf?sequence=1>. Acesso em 16 jul. 2015.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2000). Inventário Nacional de Referências Culturais, Manual de Aplicação. Brasília: DID.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2006). Resolução no 001, de 3 de agosto de 2006. IN: Patrimônio imaterial: disposições constitucionais: normas correlatas: bens imateriais registrados / Organização: Flávia Lima e Alves. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf?sequence=1>. Acesso em 16 jul. 2015.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2009). Resolução no 001, de 5 de junho de 2009. IN: Patrimônio imaterial: disposições constitucionais: normas correlatas: bens imateriais registrados / Organização: Flávia Lima e Alves. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf?sequence=1>. Acesso em 16 jul. 2015.

Mendonça, Elizabete de Castro. (2012). A musealização do patrimônio arqueológico em Sergipe: um estudo sobre endosso institucional e gestão de acervos coletados. *Anais XIII Enancib: A informação na sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano*. Rio de Janeiro: ANCIB, Fiocruz, PPGICS, v.13, pp.1-18.

Mendonça, Elizabete de Castro (2017). Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil). *Ensaio e Práticas em Museologia*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, vol. 6, pp. 50-64.

- Mendonça, Elizabete de Castro. (2014). Endosso institucional e gestão de coleções: um debate fundamental para a musealização do patrimônio arqueológico em Sergipe. *Anais Núcleo de Políticas Culturais*. Aracaju: Fapitec.
- Mendonça, Elizabete de Castro. (2012b). Narrativa sobre arte popular: estudo de caso sobre tesouro e exposições permanentes elaboradas pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. *Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 1, pp. 109-134.
- Mendonça, Elizabete de Castro. (2015). Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e Museu: apontamentos sobre as estratégias de articulação entre processos de Patrimonialização e Musealização. *Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 8, pp. 88-106.
- Mendonça, Elizabete de Castro; Nogueira, Maria Dina. (2002). Sistema culinário e patrimônios culturais: variações sobre o mesmo tema. *Série Encontros e estudos - Alimentação e cultura popular*. 1ed. Rio de Janeiro: Funarte/CNFCP, v. 4, pp. 41-50.
- Mendonça, Elizabete de Castro. (2008). Tesouro e exposições permanentes de folclore e cultura popular: narrativas sobre arte popular elaboradas pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (1980-2004[2006]). Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/Escola de Belas Artes. (Tese de doutorado)
- MinC – Ministério Da Cultura. (2003). Política Nacional de Museus: bases para a Política Nacional de Museus. Disponível em < <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/bases-para-a-politica-nacional-de-museus.pdf/f5c00b28-d460-4b5b-8342-2b-547d2932d6>>. Acesso em 10 jan. 2015.
- Nogueira, Nilcemar. (2014). A patrimonialização do samba. In Elizabete de Castro Mendonça e Júnia Gomes da Costa Guimarães e Silva (org.). *Bens culturais musealizados: políticas públicas, preservação e gestão*. Rio de Janeiro: UNIRIO / Escola de Museologia, pp. 33-44.
- Nogueira, Nilcemar. (2015). O Centro Cultural Cartola e o Processo de Patrimonialização do Samba Carioca. Tese. (Doutorado em Psicologia Social). Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Sartor, Carla Daniel. (2011). As políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Mendonça, Elizabete de Castro (2017). Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil). *Ensaios e Práticas em Museologia*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, vol. 6, pp. 50-64.

Simis, Anita.(2007). A política cultural como política pública. In: Antônio Albino Canelas Rubim; Alexandre Barbalho. (Org.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: Universidade Federal da Bahia, pp. 87-107. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2015.

UNESCO - Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2003). Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4718>> Acesso em: 28 jan. 2015.

Vianna, Letícia; Teixeira, João Gabriel. (2008, julho). Patrimônio Imaterial, Performance e Identidade. *Concinnitas*. Rio de Janeiro: Instituto de Artes/UERJ, volume 1, número 12.